

Ministro desafia candidatos

O ministro da Justiça, Oscar Dias Corrêa, desafiou ontem todos os candidatos à Presidência da República que estão acusando o governo de corrupção a apresentarem o nome dos possíveis culpados. "Aceito as denúncias por carta, através da imprensa, ou até mesmo confidencialmente, mas acusar o governo sem provas não passa de demagogia", disse, citando nominalmente Fernando Collor de Mello, do PRN, e Ulysses Guimarães, do PMDB.

"O senhor Collor fala muito em corrupção no governo federal, mas devia procurar corrupção em outros locais, a começar pelo seu próprio Estado, Alagoas", disse o ministro, dando mostra de como o governo pretende enfrentar as acusações dos candidatos. "Quem jogar lama sobre o governo, não ficará sem resposta", garantiu o ministro em entrevista coletiva que concedeu no final da tarde de ontem. "Vamos chamar esses senhores à unha", completou. A irritação do ministro também atingiu, com veemência, o deputado Ulysses Guimarães. "Ele agora acusa o governo de corrupção, mas devia ter apontado os corruptos enquanto era do governo", disse.

Para o ministro da Justiça, o governo não pode ser acusado de corrupção pois, segundo ele, todas as denúncias foram investigadas. "Todas as denúncias de corrupção que recebemos estão sendo apuradas ou, quando já concluídas as investigações, foram enviadas ao Judiciário", garantiu. "Mas, para que ninguém seja condenado sem ser culpado, é necessário tempo para concluir os processos", justificou Corrêa.

Até mesmo a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil foi mencionada pelo ministro da Justiça: "A CNBB também acusa o governo de corrupção e também pode mandar a lista de quem julga ser corrupto que nós investigaremos", afirmou Corrêa, que propõe a formação de uma "comissão de alto nível" para acompanhar as investigações das acusações de irregularidades. A comissão seria formada, entre outras pessoas, pelos presidentes da Associação Brasileira de Imprensa, Barbosa Lima Sobrinho, e da Academia Brasileira de Letras, Austregésilo de Athayde, pelo jurista Sobral Pinto e por um membro da própria CNBB.